

A CRÓNICA DO NOTÁRIO

JuWiLi II

FILIPA AZEVEDO MAIA (*)



FILIPA AZEVEDO MAIA (*)

Verifica-se atualmente, não só ao nível da União Europeia, uma forte tendência para a consideração da admissibilidade de administração extrajudicial da justiça ou, por outras palavras, para a “externalização” da administração da justiça, contribuindo para aliviar a carga de processos dos tribunais.

Variadas questões se levantam sobre esta matéria: até que ponto os não-tribunais cumprem as normas constitucionais da mesma forma que os juizes para a proteção dos direitos fundamentais das partes e do Estado de Direito no sistema jurídico? Que consequências poderão advir da implementação desta realidade? Como poderá um sistema pluralista de diferentes categorias de administração da justiça nos Estados-Membros ser adequadamente adaptado ao regime de livre circulação e execução transfronteiriça dos regulamentos

da UE, que foi originalmente concebido apenas para decisões judiciais? O que podemos aprender uns com os outros? Quais as melhores práticas a seguir?

Seguramente que se constituem como pilares da consideração desta realidade emergente, a igualdade de tratamento dos cidadãos independentemente do sistema nacional, a igualdade de tratamento das diferentes categorias de atividades judiciais e extrajudiciais em processos transfronteiriços, dependendo do seu conteúdo, função e qualidade e a proteção das normas constitucionais e do Estado de Direito.

Existem projetos nos quais estão envolvidos muitos Estados-Membros

da EU e que se destinam a estudar esta nova realidade.

É exemplo disso o Projeto JuWiLi II (JUSTICE WITHOUT LITIGATION) no qual estão a trabalhar os notariados de Portugal, da Áustria, Itália, Eslovénia, Bélgica, Letónia, Espanha, Bulgária, Lituânia, Croácia, Luxemburgo, República Checa, Malta, Estónia, Países Baixos, França, Polónia, Alemanha, Grécia, Roménia, Hungria e Eslováquia.

O desenvolvimento deste projeto representa um esforço conjunto pela inovação na justiça civil e tem como foco a desjudicialização e a promoção de soluções mais eficientes e acessíveis aos cidadãos.

(*) **Notária em Arganil**



O Almirante de 2026 será o Freitas de 1986



PAULO FREITAS DO AMARAL

Acho engraçadas as pessoas que já atribuem uma vitória nas próximas eleições presidenciais, ao Almirante Gouveia e Melo apenas com 26% nas sondagens quando em 1986 houve um derrotado candidato presidencial chamado Diogo Freitas do Amaral que obteve a modesta votação de 44% na primeira volta das eleições presidenciais, contra 23% de Mário Soares.

Com Marques Mendes em queda livre, apesar de já se assumir candidato, e com Ventura sem margem para crescer, António Vitorino, a meu ver, poderá ser o próximo "Mário Soares" (com o devido

respeito) de 2026. António Vitorino nas sondagens desta semana apresenta-se com 14%, ou seja, com o dobro do que as sondagens atribuíam a Mário Soares numa fase inicial da campanha (cerca de 7%).

António Vitorino tem um vasto e rico currículo, ideias, conhecimento e inteligência para os portugueses, se deixarem seduzir, ao longo do próximo ano pelo socialista que sem se assumir como candidato e em silêncio sobre as presidenciais, já se apresenta à frente de Marques Mendes e morde os calcanhares do eleitorado do CHEGA...

A ilusão de uma vitória do Almirante, só será uma realidade, se na segunda volta das eleições, for a votos com André Ventura...



se o seu adversário for António Vitorino, estou certo que Gouveia e Melo de 2026, será sem dúvida o Freitas de 1986.

(*) **Professor de História | Secretário-Geral do partido "Nova Direita"**



☎ 235094038 | 918928740

✉ argomagazine@sapo.pt

📍 Rua Comendador Saúl Brandão,

🏠 99 RC Sapatinho | 3300-035 Arganil

Por aí...



LOUSA – O CASTELO SUBMERSO



Situado a 8 quilómetros a sudoeste de Mourão, na margem esquerda do rio Guadiana, e delimitado pelas ribeiras da Lousa, a norte, e do Montinho, a sul, neste concelho de Mourão, por alturas da Herdade do Montinho, existiu o denominado Castelo da Lousa ou ainda Castelo Romano da Lousa. Trata-se de uma importante edificação de dois pisos, implantada num esporão rochoso, datada do tempo do imperador romano Augusto e que perdurou guarnecida até aos primeiros anos do século I a.C.

Na década de 1960 iniciaram-se os primeiros trabalhos de investigação arqueológica, os quais foram continuados na década de 1980 e no final da década de 1990. Os materiais observados – fragmentos de ânforas, objectos de cerâmica, moedas e outros dispersos – testemunham uma ocupação humana desde o século I a.C. e até ao século I d.C. nesta fortificação que uns investigadores apontam para que tivesse sido um posto militar de vigilância de uma via de comunicação num território de exploração mineira, enquanto outros defendem a hipótese de ter sido antes uma casa agrícola fortificada. Esta edificação encontra-se classificada como Monumento Nacional através de Decreto de 3 de Junho de 1970.

A 8 de Março de 2002 deu-se o início do enchimento da albufeira do Alqueva, cuja barragem, também já conhecida como “mar do interior”, começou a ser construída em 1995, a qual veio permitir a criação do maior reservatório artificial de água da Europa. Esta construção teve como objectivo o regadio para toda a zona do Alentejo, a produção de energia eléctrica e outras actividades de carácter turístico – pesca e recreação aquática – aproveitando os oito cais flutuantes espalhados na albufeira. O nome de “Alqueva” provém de “alqueive”, que significa “terra de pousio ou terra deserta”.

Debaixo das águas da albufeira jaz a antiga Aldeia de Nossa Senhora da Luz, que começou a ser evacuada em 1998 e cuja acção duraria até 2003. A nova Aldeia da Luz, construída de raiz, pertence à freguesia da Luz e concelho de Mourão, viria a ser edificada numa cota mais elevada, onde foi criado um museu dedicado aos testemunhos da ocupação anterior.

Uma das antigas edificações que ficou submersa com a criação da Barragem do Alqueva foi o Castelo da Lousa, que hoje se encontra salvaguardado através da consolidação da sua estrutura através de uma cobertura composta por sacos de “geotêxtil” (sacos de areia cobertos com uma pasta especial de cimento) que visam evitar o desgaste provocado pela água. À superfície, o castelo encontra-se sinalizado com um bem visível caixão flutuante.

Eduardo Gonçalves